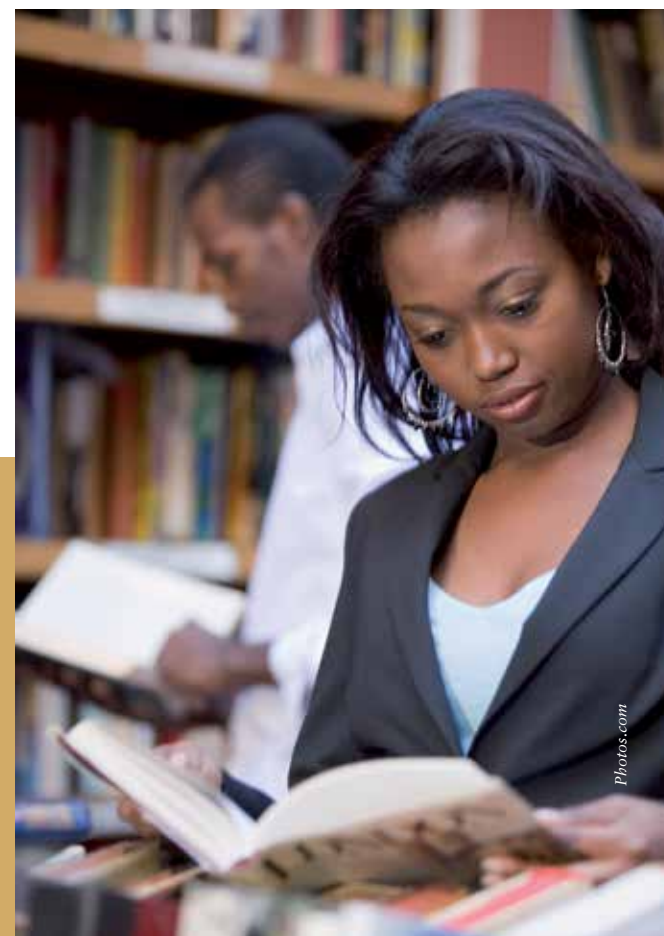


E as principais conquistas? O que identifica como grandes avanços?

Em junho de 2003, o Brasil, através do decreto presidencial 4783, promulgou a Declaração Facultativa prevista no art. 14 da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, reconhecendo a competência do Comitê Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial para receber e analisar denúncias de violação dos direitos humanos cobertos na mencionada Convenção. Este foi um importante avanço, porque entendo que qualquer forma de monitoramento ajuda a prevenir ações violadoras de direitos humanos.

Os negros no Brasil têm um arcabouço legislativo importante na luta contra a discriminação racial. Não obstante, mais uma vez, constato o valor da jurisprudência e de sua visão quanto a tão importante tema. O Supremo Tribunal Federal, na análise da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 186 e do Recurso Extraordinário 597.285/RSA, abriu importante discussão social através da realização de audiência pública. Para mim, a autorização da utilização das cotas como política de ação afirmativa já está inserida no Brasil desde 1969, quando o país ratificou a Convenção Internacional relativa à Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, que expressamente diz, no §4º do artigo 1º, não ser considerada discriminação racial a

realização de medidas especiais com o único objetivo de assegurar o progresso adequado de grupos raciais, proporcionando igual gozo ou exercício de determinados direitos humanos. Leia-se medidas especiais como cotas, ao menos como espécie do gênero. Essa Convenção foi devidamente recepcionada pela Constituição de 1988. Ademais, quanto às cotas resalto alguns dados. As cotas não visam à diminuição da discriminação racial, mas sim da desigualdade racial perversa existente e persistente. As cotas não são um favor, mas sim uma condição necessária à reparação dos contrastes reinantes do país pós-1888, fruto de uma “abolição da escravidão” sem políticas de adequação econômica e social dos egressos da condição de objeto para situação de sujeito (de direitos?). Tudo isso encontra-se vinculado a uma questão da disputa de poder, com a qual se convive até hoje, apenas com a alteração das personagens. As questões



As cotas não são um favor, mas sim uma condição necessária à reparação dos contrastes reinantes do país pós-1888, fruto de uma “abolição da escravidão” sem políticas de adequação econômica e social dos egressos da condição de objeto para situação de sujeito (de direitos?).



É necessário mudança de mentalidade. E isso, por óbvio, não ocorre de uma dia para o outro. A educação, que forma, informa e conforma foi, tem sido e continuará sendo a protagonista de grandes conquistas.

das políticas de ação afirmativa e de políticas de reconhecimento dos negros e dos demais grupos vulneráveis demandam de nós uma reflexão que nos proporcione releituras, impregnada da empatia, que deve ser a tônica da atuação do magistrado na árdua tarefa ulpiana de dar a cada um o que é seu.

O que ainda falta avançar nos Direitos Humanos no Brasil, na sua opinião?

É necessário mudança de mentalidade. E isso, por óbvio, não ocorre de uma dia para o outro. A educação, que forma, informa e conforma foi, tem sido e continuará sendo a protagonista de grandes conquistas. Infelizmente, a maioria das faculdades de direito ainda tem pilares na formação clássica, positivista, que surgiria como empecilho à uma perspectiva de transformação para as novas gerações. Não podemos continuar admitindo vivermos como

se fosse uma grande conquista ser a “boca da lei”. Talvez tenha sido no século XIX. Nesta senda, defendo uma maior aproximação com a população. Como prestarmos uma boa jurisdição sem conhecermos a realidade dos destinatários de nossas decisões? Se o desafio está em nos aproximarmos com a cautela exigível pela imparcialidade, também compreendo que este fator não pode ser paralisante ou impeditivo de ações que nos identifiquem e nos levem a melhor jurisdizer. Sempre tenho dito que o juiz está adstrito ao princípio da inércia processual, mas extraprocessualmente é livre para levar ao jurisdicionado noções de cidadania e direitos humanos, proporcionando acesso à justiça no sentido mais amplo, tudo em observância aos preceitos constitucionais. A realização de seminários, júris simulados, palestras ou a confecção de cartilhas são bons exemplos de atividades que teriam o condão de levar o Judiciário à comunidade onde atua.

Ao retornar do exílio, as mudanças em sua vida e sua obra eram muitas. Havia se casado com Marie Hélène Tiercelin em 1972, que veio ter na Bahia, Rafael, o segundo filho de Milton, em julho de 1977. “Marie Hélène foi um marco em sua vida pessoal e intelectual. Proporcionou-lhe, no ambiente de trabalho, a paz, a tranquilidade e o equilíbrio necessários ao seu mister de grande pensador. E, sendo geógrafa, trocava com ele idéias de trabalho, além de ter feito as traduções de vários de seus livros”³. “Pouco a pouco já vinha se dando, na minha obra, uma separação das prisões do empírico e a busca de uma construção mais filosófica. Quando escrevi *Por uma geografia nova*, vivia fora do país há muito tempo e a partir de certo momento não conhecia mais o Brasil, porque o país mudou muito depois de 64, tanto em termos de materialidade como de relações sociais. Então, a filosofia era o único refúgio para mim, a única forma de continuar vivendo. (...) Passei quinze anos trabalhando na preparação de *A natu-*

³ Trecho extraído do texto “Biografia do Milton Santos”, de Maria Auxiliadora da Silva, publicado em 09 de abril de 2006. In: <http://www.fpabramo.org.br>

⁴ Trecho editado da entrevista concedida por Milton Santos a José Corrêa Leite e publicada na revista Teoria e Debate n° 40, de fevereiro/março/abril de 1999. In: <http://www.fpabramo.org.br>

reza do espaço, no qual queria mostrar que a geografia também é uma filosofia. Eu tinha uma inconformidade com a minha disciplina e com o que havia escrito antes sobre ela. Empreendi então a fundamentação da idéia de que a geografia é uma filosofia das técnicas. E como tal, ela somente podia se tornar teórica com a globalização, porque antes não havia técnicas planetárias e a universalidade dos filósofos não havia se tornado empírica. (...) A idéia de universalidade empírica só podia brotar da cabeça de um geógrafo, vendo como os lugares se tornaram parecidos, na sua enorme diferenciação, com a globalização. Mas o que eles têm de parecido não são só os vidros fumês das grandes cidades. Essa psicofera tem uma base técnica, a produção, as condições de vida das pessoas. Eu tive essa idéia da geografia como filosofia das técnicas há 35 anos. Mas esta elaboração só podia se tornar concreta e sistematizada num livro com a globalização. Aí é visível a inseparabilidade do individual e do universal, através do lugar e do mundo”⁴.



Flávio Florindo/Folhapress

O professor de geografia da USP, Milton Santos, em sua casa, São Paulo. 2000

“Pensou o Professor Milton que sairia do país por 6 meses. Acabou ficando 13 anos! Estes tempos não foram de ‘exílio dourado’ na França; ao contrário, foram anos de périplo por diversos países. Sua caminhada começou por Toulouse, passou por Bordeaux, por Paris, onde lecionou na Sorbonne, sendo diretor de pesquisas de planejamento urbano e regional no ledes, de 1968 a 1971, quando seguiu para o Canadá, para a Universidade de Toronto. Foi para os Estados Unidos (EUA), convidado para ser pesquisador no Massachusetts Institute of Technology (MIT), onde trabalhou com o linguista e Professor Noam Chomsky. Nesta época já escrevia sua obra *O Espaço Dividido*. Depois seguiu para a Venezuela, para ser diretor de

Milton Santos em 1996



Moacyr Lopes Junior/Folhapress

pesquisa de planejamento da urbanização de um programa da Organização das Nações Unidas (ONU). Neste país manteve contato com técnicos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que facilitaram sua contratação pela Faculdade de Engenharia de Lima, onde, também foi contratado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) para elaborar um trabalho sobre pobreza urbana na América Latina. Regressou a Paris, mas foi chamado de volta à Venezuela, onde lecionou na Faculdade de Economia da Universidade Central. Seguiu posteriormente para a África (Tanzânia), onde organizou a pós-graduação em Geografia da Universidade de Dar-es-Salaam lá permanecendo por dois anos, em seguida, foi para Columbia

University de Nova Iorque. Ao regressar dessa universidade, Milton Santos iria para a Nigéria, mas recusou o convite para aceitar um posto como Consultor de Planejamento do estado de São Paulo. Foi então convidado por duas professoras para trabalhar na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde permaneceu até 1983. Depois, foi contratado como Professor Titular pelo Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), onde permaneceu, mesmo após sua aposentadoria”.

Trecho editado da saudação do Prof. Audo Pavani proferida em 11 de novembro de 1999, quando Milton Santos recebeu o título de Professor Honoris Causa na Universidade de Brasília (UnB). In: <http://www.abmes.org.br/miltonsantos/biografia/index.asp>



Altar da Adoração dos Reis Magos, de Gentile da Fabriano, 1420-23. Têmpera sobre madeira, Uffizi, Florença

Os reis são os representantes da tradição, da espiritualidade. O capitão-regente comanda a música e a dança. Em média, cada guarda de Congo possui mais de 40 componentes e cada uma delas se distingue por seu ritmo, coreografias e instrumentos de corda e de percussão, como viola, adufe, caixas, tambores e maracás. Inicialmente restrito à comunidade negra, ao longo do tempo todos aqueles que se sentiam a margem da sociedade uniram-se na devoção a Nossa Senhora do Rosário e aos festejos. O Congado espalhou-se e é mais frequente nos estados de Minas Gerais, Paraná e Goiás, entre outros.

A Folia de Reis tem origem portuguesa. No entanto, em Portugal tinha como principal finalidade divertir o povo, enquanto no Brasil passou a ter um caráter mais religioso do que de diversão, e está presente em quase todas as regiões do país. No período de 24 de dezembro a 06 de janeiro, Dia de Reis, grupos de cantadores, instrumentistas, dançarinos, palhaços e outras figuras folclóricas devidamente caracterizadas segundo as lendas e tradições locais, percorrem as cidades entoando versos relativos à visita dos reis magos ao menino Jesus. Todos se organizam sob a liderança do Capitão da Folia e seguem com reverência os passos da Bandeira, estandarte de madeira ornado com motivos religiosos, a qual atribuem espe-



cial respeito. Com sanfona, reco-reco, caixa, pandeiro, chocalho, violão e outros instrumentos seguem noite adentro em longas caminhadas. As canções são sempre sobre temas religiosos, com exceção daquelas tocadas nas tradicionais paradas para jantares, almoços ou repouso dos foliões, quando ocorrem animadas festas com cantorias e danças típicas regionais, como catira, moda de viola e cateretê. Contudo, ao contrário dos Reis da tradição, o propósito da folia não é o de levar presentes, mas sim de recebê-los. Eles vão de porta em porta em busca de ofertas que podem variar de comidas a bebidas ou até mesmo esmolos.





Ações afirmativas no Brasil

um aprendizado social, um desafio jurídico, um convite à reflexão



Sarita Amaro é Assistente Social pela Puc-RS, Mestre e Doutora em Serviço Social na mesma Universidade. Atua como Assistente Social na Secretaria de Educação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e como Conselheira do Governo Federal junto ao CNCD. Atuou como docente universitária na área do Serviço Social, tendo sido coordenadora de curso entre 1999 e 2003, dentre muitas outras atividades ligadas à educação. Possui oito livros publicados, além de inúmeros artigos. Recebeu 20 prêmios e/ou homenagens, com destaque para o Prêmio Educação - Troféu Pena Libertária, do Sinpro-RS, em 2005. Desde 2006 é designada avaliadora de cursos e IES pelo INEP/MEC.

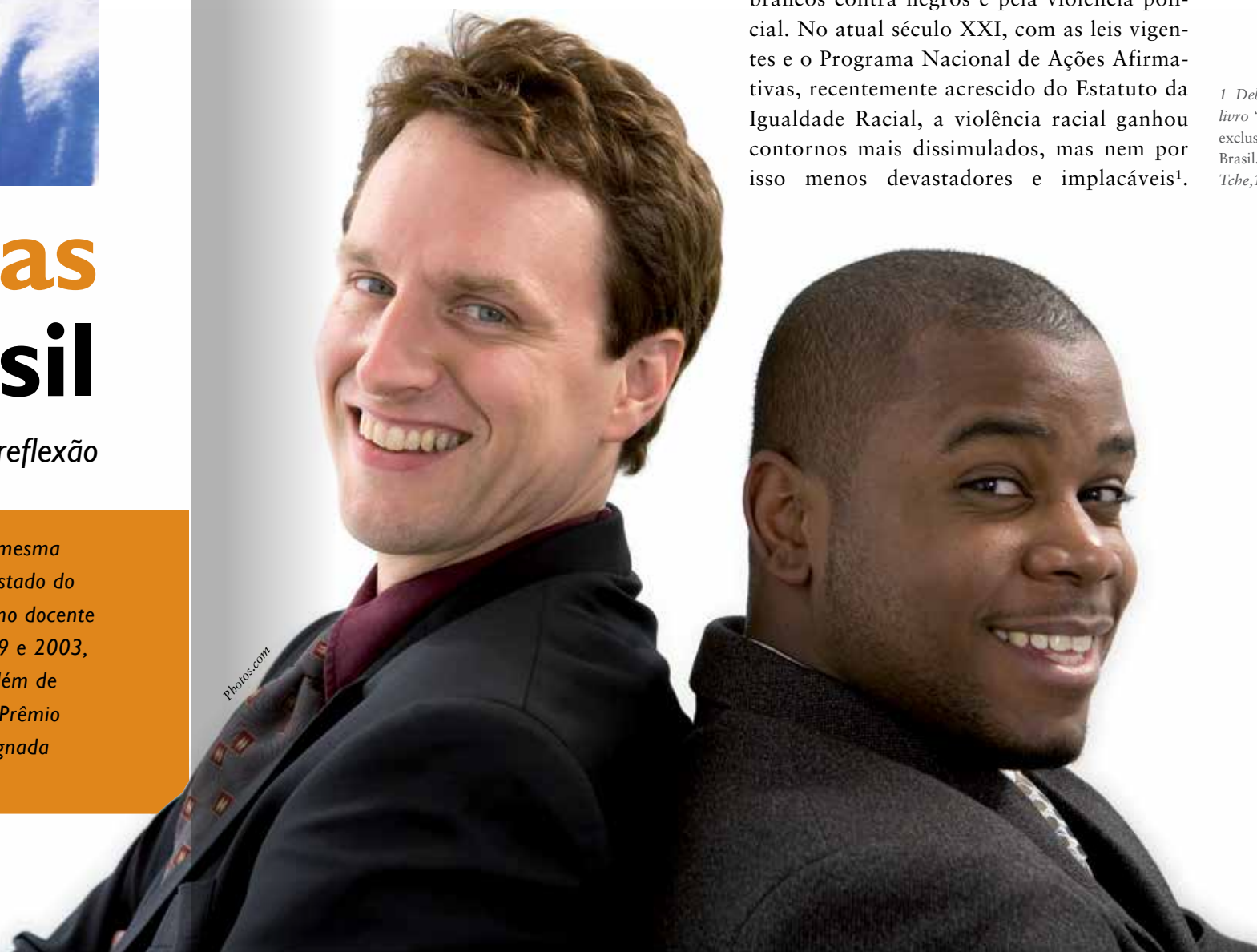
Se a cidadania é um aprendizado social, o que dizer do processo de revisão cultural e política que as ações afirmativas impõem às relações sociais? Criadas para corrigir e reparar situações que integram um processo histórico de exclusões por racismo contra os afrodescendentes no Brasil, as políticas de ações afirmativas são dispositivos estratégicos de inclusão social, fundados no princípio da discriminação positiva. No âmbito nacional já há uma agenda que articula ações afirmativas em resposta às necessidades e prioridades das populações afrodescendentes. Isso, contudo, não significa um ambiente político pacífico. A oposição às cotas na universidade é apenas uma dessas manifestações. De fato, o problema do racismo e das ações afirmativas no Brasil reflete um histórico conflito de

interesses entre sociedade e indivíduo: de um lado a sociedade banaliza sua importância e, de outro, o sujeito afrodescendente constrange-se diante dos obstáculos em qualificar a denúncia e lutar por seus direitos de igualdade. O judiciário tem um papel fundamental nas mediações dessa cidadania afirmativa. Mas como pode guiar-se para potencializar sua contribuição à sociedade? Considerando as limitações desse espaço, apresentaremos algumas reflexões, a seguir.

Reconhecer o racismo em suas velhas e novas manifestações

As violências raciais do século passado foram tonalizadas pela exclusão no acesso a estabelecimentos, por ataques físicos de civis brancos contra negros e pela violência policial. No atual século XXI, com as leis vigentes e o Programa Nacional de Ações Afirmativas, recentemente acrescido do Estatuto da Igualdade Racial, a violência racial ganhou contornos mais dissimulados, mas nem por isso menos devastadores e implacáveis¹.

¹ Debatermos isso no nosso livro "Negros, identidade, exclusão e direitos no Brasil. Porto Alegre: Tchê, 1988.



Em elevadas proporções, e em todos os segmentos raciais, os estudantes que frequentam as universidades públicas federais fizeram seu curso médio no turno diurno; a maior proporção está na UnB e a menor na UFPR. Na maioria das universidades, os pretos são o segmento cujos estudantes, em menores proporções, frequentaram escolas nesse turno, o que aponta para a desvantagem desse segmento.

Distribuição dos estudantes oriundos de escola de nível médio no turno diurno, segundo a cor

| Cor | UFRJ | UFPR | UFMA | UFBA | UnB |
|----------|------|------|------|------|-------|
| Branca | 87,4 | 77,4 | 91,3 | 89,5 | 95,5 |
| Parda | 79,5 | 65,6 | 91,2 | 79,6 | 95,4 |
| Preta | 73,8 | 61,3 | 91,1 | 76,7 | 92,3 |
| Amarela | 78,1 | 81,9 | 85,7 | 86,7 | 100,0 |
| Indígena | 84,6 | 76,9 | 84,2 | 89,6 | 66,7 |
| Total | 85,4 | 76,5 | 90,6 | 85,0 | 95,2 |

fonte: pesquisa direta

Coerentemente com os aspectos anteriormente analisados, na população branca, é pouco expressiva a parcela dos que associaram trabalho e estudo na sua trajetória pela escola básica. Entretanto, entre os pretos estão as mais elevadas proporções dos que assim procederam. Na UFPR encontra-se a maior proporção dos estudantes que trabalharam durante os estudos de nível médio. Nas demais universidades, esse contingente é pouco significativo. Entre os pretos estão, em geral, as maiores participações; na UFPR e na UFRJ estão as mais elevadas.

Distribuição dos estudantes que trabalharam durante o nível médio, segundo a cor

| Cor | UFRJ | UFPR | UFMA | UFBA | UnB |
|----------|------|------|------|------|------|
| Branca | 12,3 | 25,7 | 11,6 | 10,8 | 12,0 |
| Parda | 18,7 | 32,7 | 17,3 | 15,8 | 11,5 |
| Preta | 26,4 | 25,8 | 26,1 | 18,1 | 15,4 |
| Amarela | 18,8 | 16,9 | 15,4 | 13,3 | 13,3 |
| Indígena | 13,5 | 34,6 | 15,4 | 10,4 | |
| Total | 13,9 | 26,0 | 15,7 | 13,2 | 11,8 |

fonte: pesquisa direta

Distribuição dos estudantes que trabalharam durante os níveis fundamental e médio, segundo a cor

| Cor | UFRJ | UFPR | UFMA | UFBA | UnB |
|----------|------|------|------|------|------|
| Branca | 0,9 | 3,9 | 0,5 | 1,3 | 3,3 |
| Parda | 2,0 | 6,6 | | 3,3 | 3,2 |
| Preta | 3,1 | 12,9 | 1,1 | 6,2 | |
| Amarela | 3,1 | 1,5 | 1,9 | 1,0 | |
| Indígena | 3,8 | 15,4 | 1,9 | 2,6 | 16,7 |
| Total | 1,2 | 4,2 | 0,7 | 2,4 | 3,2 |

fonte: pesquisa direta

Cor e prestígio do curso frequentado

Uma das medidas do prestígio dos cursos superiores, adotadas nesse estudo, teve como referência a pesquisa sobre o valor das profissões no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador (RMS). A pesquisa baseou-se numa coleta de informações realizada em empresas de consultoria em RH, que atuam no mercado de trabalho da RMS, tomando como referência o elenco de cursos oferecido pela UFBA, e que resultou numa escala de prestígio das profissões de cinco posições, a saber: Alto, Médio alto, Médio, Médio baixo e Baixo¹. Essa escala de prestígio respaldou a análise das desigualdades entre os segmentos raciais no acesso aos cursos.

Na maioria das universidades o segmento branco é aquele que, frequentemente, apresenta a mais elevada concentração de estudantes em cursos de Alto prestígio. No Paraná, esse privilégio cabe aos amarelos e, na UFRJ, são os que se declararam indígenas os mais bem posicionados.

Distribuição dos estudantes em cursos de Alto prestígio segundo a cor

| Cor | UFRJ | UFPR | UFMA | UFBA | UnB |
|----------|------|------|------|------|------|
| Branca | 35,1 | 37,9 | 26,3 | 44,2 | 23,0 |
| Parda | 24,6 | 31,9 | 21,9 | 29,9 | 19,5 |
| Preta | 19,6 | 17,9 | 16,2 | 20,8 | |
| Amarela | 30,9 | 47,1 | 19,1 | 26,7 | 14,3 |
| Indígena | 37,2 | 13,5 | 25,0 | 26,7 | 16,7 |
| Total | 32,8 | 37,5 | 23,4 | 36,3 | 21,1 |

fonte: pesquisa direta



Considerações finais

Assim, o estudo apontou expressivas desigualdades entre os segmentos raciais no ensino superior, indicando que a universidade brasileira é um espaço de predomínio de brancos. Em quase todas as universidades os brancos representaram proporções superiores à metade dos estudantes. Constatou-se uma sobre-representação dos brancos e uma sub-representação dos negros na universidade, mesmo dos Estados em que estes são a maioria expressiva da população, como a Bahia e o Maranhão.

A pesquisa mostrou que, em significativas proporções, os estudantes das universidades federais vieram de escolas privadas, de funcionamento diurno, frequentaram cursos de caráter propedêutico e não trabalharam durante sua trajetória escolar básica. No entanto, os pretos e pardos têm, frequentemente, fraca representação nesse grupo.

A pesquisa evidenciou ainda uma forte seletividade racial no acesso a cursos de elevado prestígio social, mostrando que é, também, predominantemente dos brancos esse privilégio.

Os resultados do estudo apresentam as universidades federais investigadas como espaços fortemente seletivos, particularmente marcados pela desigualdade racial. Embora tenha ficado evidente a posição de desvantagem em que se encontram os estudantes negros, é oportuno lembrar que se está diante de um segmento da população negra já bastante selecionado, porque bem sucedido na disputa por uma oportunidade da universidade pública brasileira, mas pouco representativo do conjunto de estudantes negros brasileiros.

Essas evidências concorrem para dar visibilidade a uma realidade que tem estado silenciada ao longo da história pós-escravista, contribuindo para manter a população negra nos níveis mais precários da escala social e para dissimular as práticas racistas vigentes da sociedade brasileira. ■



Photos.com

A partir da Lei Áurea, em 1888, os negros libertos não receberam qualquer apoio do Estado e ainda sofreram restrições para ter acesso ao estudo. “A herança do passado escravista, no início do século XX, marca profundamente as experiências da população negra no que se refere à educação. Naquele momento as crianças negras estavam afastadas dos bancos escolares. Desde a tenra idade eram levadas a atividades remuneradas, para auxiliar na manutenção da família. Sua formação para o trabalho era feita sob a orientação dos patrões, no desempenho das mais variadas tarefas. A escolarização, entre os homens negros nascidos no início do século XX, quando ocorreu, foi, em sua maioria, na idade adulta. Já as mulheres eram encaminhadas a orfanatos, onde recebiam preparo para trabalhar como empregada doméstica ou como costureira. Famílias abastadas as adotavam, quando adolescentes, como filhas de criação, o que de fato significava empregadas do-

mésticas não remuneradas. Este fato acabou, de certa forma, estigmatizando o lugar da mulher negra no mercado de trabalho”, afirmam Luiz Alberto Oliveira Gonçalves e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, no artigo *Movimento negro e educação* (Revista Brasileira de Educação Set/Out/Nov/Dez 2000 N° 15).

Em todo o século XX, mesmo com organizações que defendiam os direitos dos negros e combatiam o racismo, a crença de que a miscigenação brasileira não distinguia brancos, negros e índios ganhou força e passou a permear as políticas públicas de toda ordem. Com a educação, não foi diferente. Se não há racismo no Brasil, não há porque desenvolver políticas educacionais que resguardem grupos étnicos e se comprometam a diminuir desigualdades. De acordo com esse raciocínio – de clara inspiração européia – o acesso à educação, sobretudo a de nível superior, seria apenas uma questão de mérito do aluno.

Constituição Cidadã:

Direitos e Garantias Fundamentais

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.” (Capítulo I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos)

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

(Capítulo II - Dos Direitos Sociais)

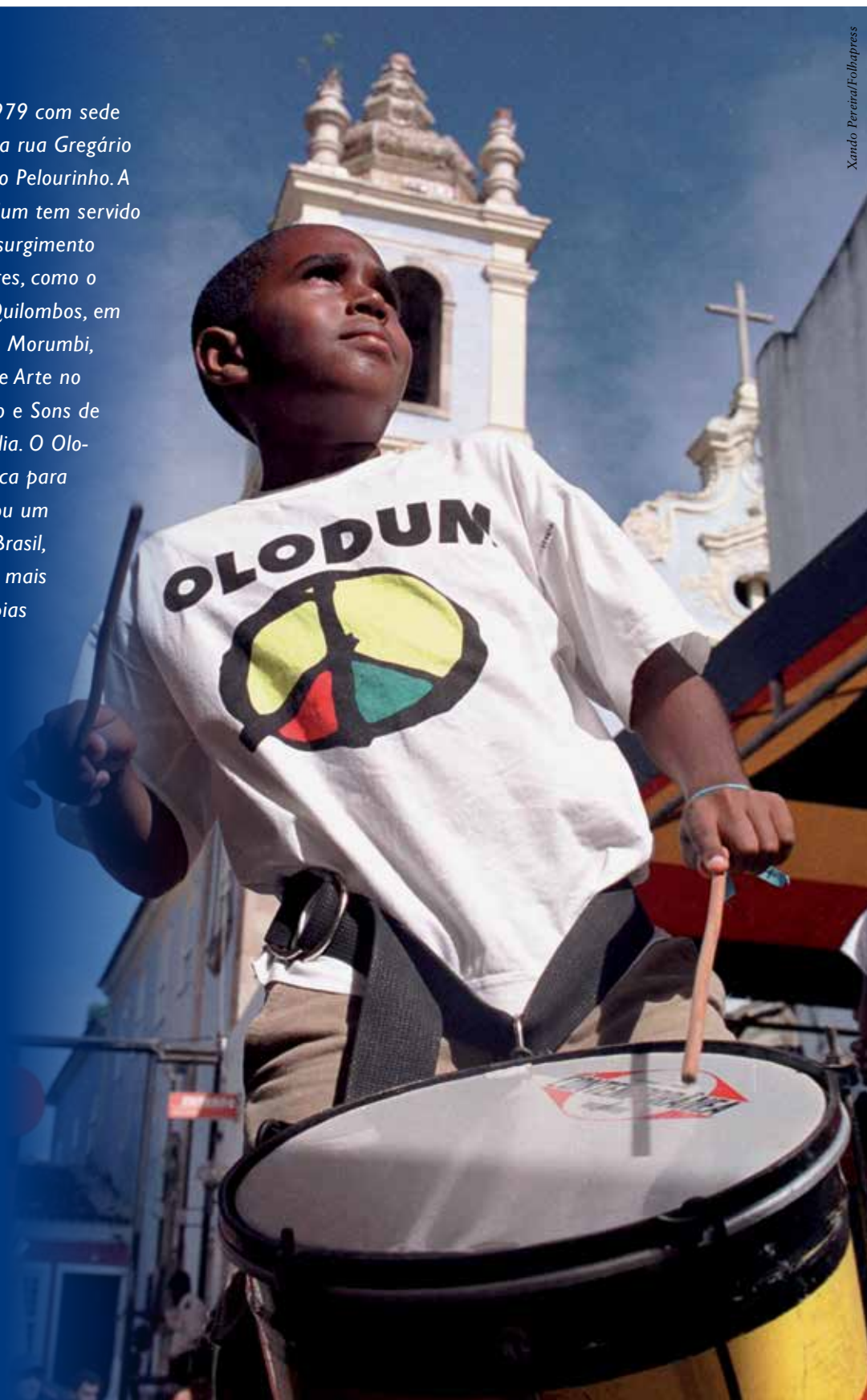


Photos.com

Olodum

Grupo criado em 1979 com sede em Salvador (BA), na rua Gregário Bezerra nº 22, bairro Pelourinho. A experiência do Olodum tem servido de estímulo para o surgimento de iniciativas similares, como o Grupo Unidos dos Quilombos, em Sergipe; Meninos do Morumbi, Régua e Compasso e Arte no Dique, em São Paulo e Sons de Cidadania, em Brasília. O Olodum levou sua música para 35 países e já gravou um DVD, onze CDs no Brasil, 4 no exterior, e tem mais de 5 milhões de cópias vendidas.

Danilo Bonfim Rodrigues, 9 anos, toca repique na banda mirim do Olodum em ensaio para o Carnaval de Salvador, Bahia. 2001



Xando Pereira/Folhapress

“Originalmente a Escola Olodum foi criada para atender aos filhos dos percussionistas que viam os pais tocando e também queriam tocar”, lembra Nelson. Mas com o passar dos anos ela foi se expandindo e hoje atende aos jovens de baixa renda, regularmente ma-

triculados em escolas públicas de qualquer região de Salvador. No entanto, “a procura é tão grande que é preciso selecionar os alunos, já que a escola só consegue atender a 300 jovens”, afirma o secretário escolar Antonio de Jesus.



Moacyr Lopes Júnior/Folhapress

O AfroReggae também trabalha por meio do viés educacional e já ajudou a mudar a vida de diversas pessoas. A história do carioca Vitor Onofre ilustra o poder de transformação do grupo: “Comecei na oficina de percussão. Fui componente de Trupe de Saúde, projeto para conscientizar a população sobre o risco das DSTs e Aids. Depois me tornei assessor desse projeto e hoje sou coordenador do AfroReggae aqui em Vigário Geral”, conta. Apesar de histórias

como as de Onofre serem comuns, o coordenador executivo José Júnior é comedido ao falar sobre o impacto que as atividades do grupo tiveram na população. “Não sei se ajudou as pessoas a superarem o trauma da chacina, mas foi um diferencial para mostrar que Vigário Geral não era só tráfico, violência e crime”. Para Júnior, além de poder oferecer um caminho diferente a tantas pessoas que antes só vivenciavam a violência, o AfroReggae pode se orgulhar de ter,

Integrantes do bloco Olodum Mirim desfilam no Campo Grande, em Salvador, onde Caetano Veloso e Margareth Menezes fizeram um show para comemorar os 450 anos da capital baiana. 1999